MigraCidades: Aprimorando a Governança Migratória Local

4

TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO PARA MIGRANTES

Fundação Escola Nacional de Administração Pública

Presidente

Diogo Godinho Ramos Costa

Diretor de Educação Continuada

Paulo Marques

Coordenador-Geral de Educação a Distância

Carlos Eduardo dos Santos

Conteudista/s

Camila B. F. Baraldi, (Conteudista, 2020).
Isadora da Silveira Steffens (Coordenadora OIM, 2020).
Marcela Coimbra de Albuquerque, (Coordenadora, 2020).

Curso produzido em Brasília 2020.

Desenvolvimento do curso realizado no âmbito do acordo de Cooperação Técnica FUB / CDT / Laboratório Latitude e Enap.

Enap, 2019

Enap Escola Nacional de Administração Pública

Diretoria de Educação Continuada

SAIS - Área 2-A - 70610-900 — Brasília, DF

Sumário

Módulo **4** TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO PARA MIGRANTES

Apresentação

Olá! Iniciaremos agora os assuntos relativos ao módulo 4: "Transparência e acesso à informação para migrantes".

Conhecer seus direitos e obrigações é essencial para todos os indivíduos. As pessoas podem exercer sua cidadania quando conhecem e acessam os serviços oferecidos pelo Estado e quando respeitam as regras da sociedade em que vivem. Para os migrantes essa questão é ainda mais sensível. São pessoas que vêm de outros Estados nacionais com sistemas legais e sociais diferentes dos brasileiros.

Diante disso, este módulo oferece elementos para que os gestores avaliem se o poder público local disponibiliza - de forma presencial ou virtual e em diferentes idiomas - informações compreensíveis e transparentes sobre direitos e obrigações dos migrantes e o acesso destes aos serviços públicos.

O conteúdo está estruturado em duas unidades:

Unidade 1 - **Disponibilização de Informação**

1.1 Conhecer direitos e obrigações no país de destino
1.2 Formatos possíveis para difundir informações aos migrantes

Unidade 2 - **Acessibilidade das Informações**

Unidade 1 - Disponibilização de Informação

Objetivo

Ao final desta unidade, você será capaz de especificar as principais informações a serem oferecidas aos migrantes e os formatos para difundi-las

1.1. Conhecer direitos e obrigações no país de destino

Imagine a seguinte situação:

Após enfrentar uma grave crise política e econômica em seu país de origem, o senhor João e a senhora Mariana chegaram ao Brasil acompanhados dos dois filhos em idade escolar. Eles tinham um emprego fixo e possuíam um bom nível de escolaridade. A escassez de medicamentos essenciais para uma condição crônica de Mariana os levou a migrar, porém todo o dinheiro que haviam economizado foi gasto durante o trajeto.

Em sua opinião, após chegar ao Brasil e procurar os serviços de apoio aos migrantes, quais informações esta família deveria receber das autoridades competentes?

As principais informações são a respeito de documentação, acesso ao Sistema Único de Saúde, matrícula na escola, inserção no mercado de trabalho, cursos de português, benefícios sociais, conta bancária e cultura e costumes brasileiros.

Para facilitar a integração, os migrantes precisam de acesso a informações sobre seus direitos no Brasil. Necessitam, igualmente, saber como acessá-los. É preciso levar em consideração que a população migrante não tem as mesmas referências dos brasileiros com relação às instituições brasileiras, e podem necessitar de esclarecimentos adicionais. Sem a devida adequação, a informação pode não ser compreensível.

Ao disponibilizar informação sobre como fazer o CPF (Cadastro de Pessoa Física), por exemplo, é preciso explicar para o migrante o que é o CPF e qual é a sua função. Esclarecer em que situações o documento é necessário: abertura de contas bancárias, emprego no setor formal e acesso a benefícios sociais. É preciso, ainda, orientar sobre o passo a passo para sua emissão.

Por outro lado, os migrantes precisam conhecer as obrigações que lhes cabem ao participar da sociedade brasileira. Aprender sobre as regras sociais é igualmente importante, porque esse conhecimento permitirá aos migrantes uma boa convivência na sociedade que escolheram como destino.

DESTAQUE

Conhecer as regras sociais dos locais de trabalho aumenta as chances de uma inserção laboral de sucesso. Pensando nisso, a Missão Paz, organização não-governamental que atua na cidade de São Paulo, desenvolveu um projeto em parceria com a *Society for Intercultural Education, Training and Research* (SIETAR Brasil).

Segundo a ONG, o projeto consiste em uma "palestra intercultural que visa aumentar as chances de integração dentro e fora do ambiente de trabalho, apresentando elementos da cultura brasileira com o objetivo de auxiliar na adaptação ao novo contexto. Na palestra também são fornecidas informações sobre direitos e responsabilidades no mercado de trabalho, além de orientações sobre mecanismos de defesa para casos de exploração ou violações das leis trabalhistas, CLT".

1.2. Formatos possíveis para difundir informações aos migrantes

Cada ente local pode avaliar as melhores formas de atingir o público migrante presente em seu território:

- Produção de cartilhas, panfletos e cartazes impressos e distribuição em locais de grande concentração/circulação de migrantes.
- Distribuição de material e orientação pessoal em locais de atendimento para migrantes.
- Disponibilização de informação digital em sites ou aplicativos para celular.

Na escolha, o gestor local deve avaliar as características do público que se pretende atingir, a urgência na disponibilização das informações e os custos dos materiais. Para campanhas rápidas e sobre temas pontuais, a utilização de recursos impressos como **panfletos** e **cartazes** pode ser mais interessante, pois são fáceis e rápidos de desenvolver e de distribuir.

Para materiais mais completos, de consulta permanente, como **guias** em que constam informações sobre locais de atendimento, os **aplicativos** podem atender melhor os objetivos. Apesar de precisarem de um tempo de desenvolvimento maior, eles permitem atualização constante e

acesso permanente. É preciso avaliar, antes, se a população a que se dirige a informação tem amplo acesso a telefones celulares. Versões impressas, em tiragens menores, das informações presentes nos aplicativos podem complementar o alcance.

Outra opção é a publicação impressa de guias sobre direitos sem a inclusão de endereços, contatos telefônicos e quaisquer informações que possam mudar em curto prazo. A medida dará uma maior longevidade ao material, mas exigirá que os migrantes busquem, em outras fontes como os Centros de Referência para Imigrantes e as entidades de apoio da sociedade civil, as informações que faltam .

Cabe ao gestor a avaliação dos prós e contras de cada opção, tendo em vista a sua realidade, questões de tempo, de orçamento e da realidade da população migrante presente em seu território.

Existem aplicativos e materiais informativos desenvolvidos por organizações não-governamentais que podem ser alternativas para os governos locais em busca de parcerias. Os conteúdos dos materiais informativos tratam de direitos sociais: saúde, educação, assistência social, moradia, cultura e transporte. Tratam, igualmente, de direitos humanos e de minorias, entre eles o direito à justiça e ao trabalho decente, os direitos das mulheres, das crianças e adolescentes, da população LGBT e das pessoas com deficiência. Questões legais relativas à regularização migratória estão presentes. Outro tema relevante envolve informações práticas sobre a cidade, transportes e locais de lazer.

Lançado em 2017 pela Organização Internacional para Migrações (OIM), o aplicativo MigApp oferece, tanto aos migrantes quanto aos que desejam migrar, uma plataforma amigável, que reúne, em uma única ferramenta, um ambiente seguro e acesso aos serviços da Organização, a informações sobre migrantes e a serviços relevantes para o seu processo específico de migração.

As funções oferecidas pelo MigApp são:

1 - Receber informações sobre vistos e requisitos de saúde de viagem.
2 - Encontrar as melhores taxas e fazer transferências de dinheiro online.
3 - Receber alertas sobre incidentes e questões globais e informações nacionais em tempo real.
4 - Informações de acesso e serviços relacionados a programa de retorno e reintegração e a consulta online dos programas de Avaliação de Saúde para Imigração da OIM.
5 - Manter o contato. Nele migrantes podem manter a família e os amigos informados sobre sua localização.
6 - Obter suporte na tradução de textos em várias línguas.

Outro aplicativo que reúne informações-chave para os migrantes no Brasil é o OKA, criado pelo Instituto Igarapé por meio de parceria interinstitucional. O OKA se propõe a ser uma bússola de serviços e de políticas públicas para migrantes, refugiados, solicitantes de refúgio e deslocados internos no país. Toda informação contida no aplicativo, que é gratuito, pode ser acessada mesmo sem conexão com a internet. Na versão beta, os dados estão em português, espanhol, inglês e francês.

O OKA fornece, também, a localização de serviços oferecidos, que abrangem as seguintes categorias: moradia, educação, saúde, assistência social e assistência jurídica, além de contatos para que o usuário possa buscar ajuda em situações de emergência.

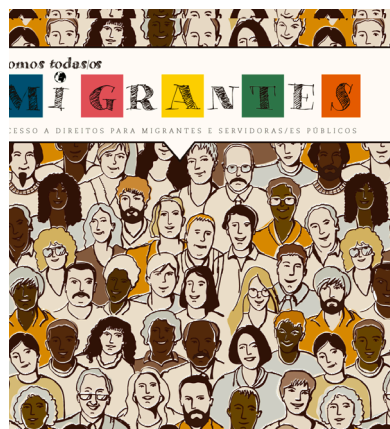
Ao desenvolver, expandir e aprimorar a ferramenta, o Igarapé busca incorporar as opiniões e perspectivas dos próprios migrantes, além de demandas de grupos mais vulneráveis como indígenas, LGBTIA+, mulheres e crianças desacompanhadas, e pessoas com deficiência. Conheça mais sobre o OKA aqui.

Em 2016 o município de São Paulo lançou um guia completo com informações sobre direitos sociais, humanos e serviços que podem interessar aos migrantes. O Guia Somos todos Migrantes foi disponibilizado em português e em seis outras línguas: árabe, crioulo, espanhol, francês, inglês e mandarim. A escolha dos idiomas teve o objetivo de atingir as maiores comunidades presentes no município. Os guias foram impressos e estão disponíveis também em formato digital acessível pela internet. Acesse o material aqui.

Imagem: Guia Somos todos Migrantes. Fonte: prefeitura.sp.gov.br.

Outros documentos de trabalho da Coordenação de Políticas para Migrantes e Trabalho Decente (CPMigTD) do Município de São Paulo, como relatórios de atividades, edital de eleições e regimento interno do Conselho Municipal de Migrantes foram traduzidos para promover o acesso à informação a um maior número de migrantes.

Saiba mais sobre a experiência do Município de São Paulo na área de transparência e acesso à informação para migrantes.

Unidade 2 - Acessibilidade das informações

Objetivo

Ao final desta unidade, você será capaz de reconhecer a importância da acessibilidade das informações.

2.1. Acessibilidade das informações

Tendo em vista que muitos migrantes, especialmente aqueles recém-chegados ao país, não têm total domínio da língua portuguesa, a tradução é um elemento essencial para a efetividade das ações informativas realizadas pelo poder público local. Um primeiro passo é saber quais são as comunidades migrantes presentes no território local para conhecer os seus idiomas.

Os entes locais podem buscar diferentes caminhos para a realização das traduções:

- Contratar empresas especializadas em tradução.
- Atribuir a tarefa de traduzir aos funcionários dos serviços específicos de atendimento a migrantes (como os CRAIs).
- Contar com o apoio da sociedade civil, inclusive de voluntários migrantes.

Avaliando os recursos disponíveis e a dimensão do trabalho a ser realizado, o ente local poderá decidir qual a melhor estratégia para a sua realidade.

O uso de panfletos com informações diretas e sucintas foi a estratégia utilizada pela Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo. A Secretaria publicou materiais em português, árabe, chinês, crioulo, espanhol, francês e inglês. Foram abordados, além do acesso universal ao SUS, informações sobre tuberculose, vacinas disponíveis na rede pública, gripe e pré-natal para gestantes. Acesse todos os materiais aqui.

Existem outras questões a serem consideradas para garantir a acessibilidade das informações. Para migrantes com deficiência. Por exemplo, é necessário dispor a informação em linguagem de sinais (inclusive em vídeos), áudios ou braile.

Tome nota de algumas ações necessárias para monitorar o acesso à informação para migrantes.

Métodos e Ferramentas para Monitorar a Dimensão "Transparência e Acesso à Informação para Migrantes"

Disponibilização de informação

- Verificar a existência de informação disponível aos migrantes no território local.
- Analisar se a informação disponível é suficiente, se abrange todos os temas que o gestor verifique como necessários, definindo quais informações devem ser disponibilizadas.
- Avaliar a efetividade dos formatos adotados — presencial, virtual ou ambos — para atingir o público migrante presente em seu território.
- Avaliar o custo-benefício financeiro e de execução do(s) formato(s) adotado(s).

Acessibilidade

- Verificar quais os idiomas falados pelas principais comunidades migrantes presentes no território local.
- Verificar se existe informação disponível aos migrantes em diferentes idiomas.
- Avaliar as possibilidades para a tradução dos materiais informativos para os idiomas das principais comunidades migrantes presentes no território local.
- Verificar se existe informação disponível em formatos acessíveis para pessoas com deficiência.
- Avaliar as possibilidades para a disponibilização de materiais em formatos acessíveis para pessoas com deficiência.

Revisando o Módulo

Conhecer os **direitos** e **obrigações** é essencial para todos os indivíduos exercerem sua cidadania. Para os migrantes, essa questão é ainda mais sensível. Sem as referências dos brasileiros com relação às instituições nacionais, eles podem precisar de esclarecimentos adicionais e serviços específicos, como o de tradução.

Em muito a integração dos migrantes depende de acesso a informações sobre seus direitos no Brasil e como acessá-los. Eles devem, igualmente, conhecer suas obrigações na sociedade brasileira e aprender as regras sociais do país.

Cada ente local pode avaliar as melhores formas de atingir o público migrante presente em seu território e fornecer o conhecimento sobre direitos, deveres e serviços disponíveis. Algumas possibilidades são: **produzir cartilhas, panfletos e cartazes impressos; distribuir material e orientação pessoal** em locais de atendimento para migrantes; e, por fim, **disponibilizar informação em material digital.**

Os conteúdos dos materiais informativos são divididos em:

- Direitos sociais: saúde, educação, assistência social, moradia, cultura, e transporte.
- Direitos humanos e de minorias, entre eles, o direito à justiça e ao trabalho decente, os direitos das mulheres, das crianças e adolescentes, da população, LGBTQIA+ e das pessoas com deficiência.
- Questões legais relativas à regularização migratória.
- Informações práticas sobre a cidade, transportes, e locais de lazer.

A tradução é um elemento essencial para garantir a acessibilidade e a efetividade das ações informativas realizadas pelo poder público local. Saber quais são as comunidades migrantes presentes no território local e os seus idiomas é um primeiro passo.

São caminhos possíveis: contratar **empresas especializadas** em tradução; atribuir a tarefa de traduzir aos **funcionários dos serviços específicos de atendimento a migrantes**; contar com o **apoio da sociedade civil**, inclusive de voluntários migrantes.

Avaliando os recursos disponíveis e a dimensão do trabalho a ser realizado, o ente local poderá decidir qual a melhor estratégia para a sua realidade.

Referências

INSTITUTO IGARAPÉ. **Informações sobre o aplicativo OKA.** Disponível em: https://igarape.org.br/oka/

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Guia Somos Todos Migrantes.** Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/imigrantes_e_trabalho_decente/publicacoes/index.php?p=156226

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Campanhas da Vigilância em Saúde para Imigrantes e Refugiados.** Disponível em: http://www.saude.sp.gov.br/coordenadoria-de-controle-de-doencas/homepage/destaques/vigilancia-em-saude-imigrantes-e-refugiados

MISSÃO PAZ. **Conteúdo do Eixo Trabalho.** Disponível em: http://www.missaonspaz.org/conteudo/eixo-trabalho.